Procedimentos de orientação e fiscalização do CRP SP e a defesa da profissão

Rafael Santos Barbosa¹
Andréa Gobato Quintavalle²
Mayara Aparecida Bonora Freire²

¹Conselho Regional de Psicologia de São Paulo. Comissão de Orientação e Fiscalização. São Paulo, SP, Brasil. Correspondência para: BARBOSA R. S. E-mail: santosbrafael@gmail.com

²Conselho Regional de Psicologia de São Paulo. Comissão de Orientação e Fiscalização. São Paulo, SP, Brasil.

Resumo: Esse artigo apresenta propostas do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo (CRP SP) para a execução de sua política de orientação e fiscalização sob a perspectiva de esforços contínuos à superação da lógica predominantemente punitivista, que pode ser relacionada ao poder de polícia atribuído aos Conselhos Profissionais. Adotando princípios de gestão democrática e participativa, em articulação com os territórios, a Comissão de Orientação e Fiscalização (COF) elaborou e iniciou a execução do Plano de Fiscalização 2025, visando incidir desde a formação até os contextos de execução dos serviços psicológicos e demonstrar como a interseção entre ações fiscalizatórias, escuta da categoria e das realidades locais, análise crítica de dados e encaminhamentos técnico-políticos pode qualificar e fortalecer a atuação da psicologia em seu compromisso social.

Palavras-chave: CRP SP, Fiscalização, Orientação, Território, Compromisso social.

Guidance and Oversight Procedures of CRP SP and the Defense of the Profession

Abstract: This article outlines the proposals advanced by the São Paulo Regional Council of Psychology (CRP SP) for the implementation of its guidance and oversight policy, conceived as part of a sustained effort to transcend the predominantly punitive framework traditionally associated with the regulatory authority of Professional Councils. Grounded in the principles of democratic and participatory governance, and articulated in dialogue with local territories, the Oversight and Guidance Commission (COF) formulated and initiated the 2025 Oversight Plan. The plan seeks to address both the formative stages of professional training and the diverse contexts in which psychological services are delivered. By integrating supervisory practices, engagement with the professional community and local realities, critical data analysis, and technical-political interventions, the initiative aims to strengthen and qualify the practice of psychology in alignment with its broader social commitment.

Keywords: CRP SP, Oversight, Guidance, Territory, Social Commitment.

Introdução

A Constituição Brasileira (Brasil, 1988) em seu artigo 5º, inciso XIII, afirma que é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, desde que atendidas as qualificações profissionais legalmente estabelecidas, que deverão assegurar o seu valor social. É nesse âmbito que surgem os conselhos profissionais, entidades que regulamentam, normatizam, fiscalizam e disciplinam o exercício das profissões, para resguardo da sociedade de práticas antiéticas e não qualificadas.

A Psicologia constitui-se como profissão regulamentada pela Lei nº 4119/1962 (Brasil, 1962) e o subsequente Decreto nº 53464/1964 (Brasil, 1964). O Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Psicologia são criados pela Lei 5766/1971 (Brasil, 1971) com as atribuições de orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão de Psicóloga/o, zelando pela ética da classe.

Como balizadora da execução do poder de polícia atribuído aos Conselhos Profissionais, a Resolução CFP nº 10/2017 (CFP, 2017) estabelece os parâmetros nacionais da política de orientação e fiscalização, assegurando o caráter eminentemente orientativo das ações fiscalizatórias. Em âmbito regional, o Conselho Regional de Psicologia (CRP SP) publicou a Resolução CRP-06 nº 07/2024 (CRPSP, 2024) regulamentando os procedimentos orientativos e fiscalizatórios, ressaltando seu caráter corretivo e preventivo.

A partir desses marcos normativos e das decisões técnico-políticas adotadas no Planejamento Estratégico e no Plano de Fiscalização 2025, o CRP SP defende, portanto, a compreensão de que fiscalizar é também orientar, prevenir e construir pontes com a realidade vivida pelas/os profissionais.

Objetivo

Este artigo pretende relatar a experiência de formulação e execução de uma política de orientação e fiscalização fundamentada em três pilares: o território, os dados e a ética /compromisso social da psicologia, para que a ética não se esgote em um código normativo, mas uma prática crítica e comprometida com os direitos humanos, a equidade e o cuidado.

A COF e a Gestão Estratégica Territorial

A atuação da Comissão de Orientação e Fiscalização (COF) do CRP SP deve ser considerada a partir do papel estratégico das Subsedes e das Comissões Gestoras na organização do trabalho da autarquia. Isso se dá principalmente em razão da dimensão territorial do estado de São Paulo e da necessidade de descentralização das ações do Conselho, visando à efetividade do exercício da fiscalização e da orientação profissional.

O CRP SP, à semelhança de outras autarquias que integram o Sistema Conselhos de Psicologia, opera em um cenário de grande complexidade territorial, social e política. Com uma base de atuação que abrange o estado de São Paulo em sua totalidade, o CRP SP precisou desenvolver dispositivos institucionais capazes de responder à pluralidade dos contextos em que a Psicologia se inscreve.

Entre tais dispositivos, destacam-se as Subsedes e as Comissões Gestoras, estruturadas como formas descentralizadas de garantir a presença institucional do Conselho nos diversos territórios do estado. Essas instâncias operam articuladas à COF, responsável por operacionalizar localmente as ações de orientação e fiscalização da profissão.

As Subsedes não apenas descentralizam o atendimento administrativo e de orientação profissional, mas também se constituem como polos articuladores de ações políticas, formativas e institucionais.

Esse compromisso se inscreve também na estruturação da Política de Orientação e Fiscalização (POF), instituída pela Resolução CFP nº 10/2017 (CFP, 2017), que orienta os Conselhos Regionais a promoverem ações descentralizadas, preventivas e articuladas com os direitos humanos. No caso do CRP SP, dada a dimensão territorial e demográfica do estado, a criação de Subsedes torna-se imprescindível para garantir a efetividade da fiscalização e a escuta da categoria nos diversos territórios.

A organização da COF no CRP SP

As ações da COF ultrapassam a ideia de fiscalização punitiva e assumem contornos orientativos e estratégicos. Tal inflexão só é possível pela atuação qualificada e constante das psicólogas técnicas, cuja expertise permite interpretar normas, acompanhar os processos éticos, orientar profissionais e instituições e contribuir com a elaboração de documentos.

Dentro do contexto organizacional, a equipe de profissionais de Psicologia concursados reforça a continuidade institucional, memória organizacional e coerência nas práticas da COF. Trata-se, portanto, de um processo de institucionalização da Psicologia como política pública de orientação e fiscalização, que depende da consolidação de equipes técnicas capacitadas. Um dos aspectos centrais do trabalho técnico reside na articulação entre conhecimento psicológico e normativas éticas. Ao atuarem em fiscalizações, pareceres e orientações, as psicólogas técnicas operam uma escuta qualificada do campo e, ao mesmo tempo, a tradução dos princípios éticos da profissão, conforme o Código de Ética Profissional do Psicólogo (CFP, 2005).

A COF do CRP SP depende ainda da articulação de outras figuras para funcionar com efetividade. Nesse contexto, a participação de colaboradoras/es nomeadas/os, de estagiárias/os e de profissionais da área administrativa revela-se indispensável — ainda que carregue desafios particulares de integração.

As/os colaboradoras/es da COF são psicólogas/os regularmente inscritas/os no Conselho, nomeadas/os em Portaria aprovada em Plenário, que atuam na execução das atividades da Comissão, especialmente nas Subsedes. Essas/es profissionais representam uma extensão da COF, permitindo que suas ações alcancem maior capilaridade territorial e que o Conselho permaneça atento às realidades locais do exercício profissional. Sua importância reside na pluralidade de experiências e contextos.

Já no que diz respeito ao estágio, a COF tem mantido ao longo dos últimos anos atividades de estágio que promove a imersão das/os estagiárias/os na dimensão ética, política e institucional da Psicologia. O estágio na COF é pensado como prática de formação crítica, permitindo o contato com o debate técnico e a produção de saberes sobre o exercício profissional.

A partir da criação da unidade Sede da COF em 2024, delineia-se um novo arranjo institucional que confere um papel importante na articulação, produção técnica, sistematização de dados e suporte transversal às demais unidades do CRP SP. Marca, assim, um ponto de inflexão na história organizativa do CRP SP. Localizada na capital, a unidade da Sede atua como um polo articulador e transversal, que amplia a capacidade de atuação da COF no território estadual.

Composta por coordenação, psicólogas técnicas e equipe administrativa especializada, a Sede realiza a mediação entre a COF e os demais setores da estrutura do CRP SP, operando como elo entre a orientação e fiscalização e os núcleos de produção técnica, jurídica, tecnológica e institucional.

Instituir uma unidade da COF com funções mais diretamente voltadas ao contexto estadual responde à complexidade e à diversidade territorial do estado de São Paulo, além de permitir uma melhor distribuição de papéis, competências e fluxos decisórios entre a Sede e as Subsedes. Ao concentrar atribuições de caráter transversal — como a produção de dados, elaboração de materiais técnicos, articulação intersetorial e padronização de procedimentos —, torna-se possível alinhar diretrizes de orientação e fiscalização em todo o território sem comprometer a autonomia de escuta e ação das Subsedes. Essa posição permite identificar lacunas, emergências e tendências, transformando-as em orientações normativas, materiais formativos e ajustes operacionais. Ao mesmo tempo, essa unidade estadual colabora na criação de instrumentos de monitoramento, avaliação e planejamento, fundamentais para qualificar a gestão e garantir a efetividade das ações de fiscalização e orientação em um estado de grandes dimensões e contrastes como São Paulo.

Os dados da COF enquanto analisadores

Os dados quantitativos obtidos a partir de registros em sistema entre 2022 e 2025 mostram uma intensa atividade orientativa e fiscalizatória. As orientações, que englobam atendimentos por e-mail, telefone, presenciais e eventos como o CRP Acolhe, saltaram de 17.824 em 2022 para 29.863 em 2023, estabilizando em 15.180 em 2024 e já atingindo 7.920 até junho de 2025. Já as fiscalizações – que podem ser presenciais ou remotas/virtuais – somaram 276 em 2022, 362 em 2023, 317 em 2024 e 375 no primeiro semestre de 2025. A partir de 2024, passou-se também a registrar formalmente as fiscalizações virtuais realizadas em sites e redes sociais, o que permitiu maior rastreabilidade das ações da COF, evitando subnotificações e reconhecendo como fiscalizatórias diversas iniciativas que antes não eram computadas.

Esse crescimento e complexificação das ações foi catalisado pela publicação da Resolução CRP SP nº 7/2024 (CRPSP, 2024), que redefine e amplia os parâmetros normativos das ações de orientação e fiscalização do Conselho. A normativa também foi fundamental para combater a subnotificação de ações fiscalizatórias, uma vez que passa a reconhecer como fiscalização válida não apenas a visita presencial, mas também fiscalizações assíncronas por análise de conteúdo digital, entrevistas estruturadas e mapeamentos documentais.

Um aspecto que complexifica intensamente a atuação da COF é a intensificação do uso das redes sociais por profissionais da Psicologia. O ambiente digital é, cada vez mais, espaço de visibilidade e, ao mesmo tempo, de risco ético. Publicidades irregulares, promessas de cura, violação do sigilo e banalização da prática psicológica são algumas das práticas identificadas nesses meios, exigindo da fiscalização novas metodologias de atuação e constante atualização sobre as dinâmicas da comunicação digital.

Assim, o conjunto dos dados apresentados e o marco normativo da Resolução CRP SP nº 7/2024 (CRPSP, 2024) indicam uma inflexão importante no papel fiscalizador do CRP SP: uma transição de um modelo reativo para uma atuação mais estratégica, abrangente, digitalizada e articulada com os desafios contemporâneos da profissão. Essa mudança sustenta-se na ampliação do que se entende por orientação e fiscalização, sem perder de vista os princípios fundamentais da ética profissional, da promoção da saúde mental e da defesa da democracia.

O Plano de Fiscalização do CRP SP em 2025

O Plano de Fiscalização 2025 do CRP SP, elaborado pela COF, apresenta-se como um instrumento técnico-político fundamental para o fortalecimento da função precípua do Conselho:

a fiscalização do exercício profissional em Psicologia, conforme pelo Tribunal de Contas da União (Acórdão 1925/2019) e pela Resolução CFP nº 50/2024 (CFP, 2024).

Sua construção parte da premissa de que a fiscalização do exercício profissional não se limita à punição, mas deve ser orientada por princípios educativos, protetivos e democráticos, especialmente diante de cenários marcados por retrocessos nas políticas públicas, violações de direitos e disputas sobre o lugar da Psicologia na sociedade.

O plano estrutura-se em cinco eixos prioritários: a fiscalização de Hospitais com Internação Psiquiátrica e CAPS, alinhada à luta antimanicomial; a fiscalização de serviços que ofertam atendimento a pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), especialmente os que utilizam ABA; a atuação em Instituições de Ensino Superior e serviços-escola, com foco na prevenção de irregularidades e formação ética; o acompanhamento e encerramento de denúncias; e a inclusão de demandas territoriais emergentes, a partir da escuta das Subsedes. A seleção dessas frentes de atuação foi orientada por critérios técnicos e éticos, baseando-se em dados e evidências reunidas ao longo dos últimos anos pela Comissão de Orientação e Fiscalização (COF).

No caso das clínicas que ofertam atendimento para pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), a urgência de garantir uma prática comprometida com os direitos das pessoas com deficiência justificam a priorização. A atuação do CRP SP nesse campo se ancora em sua responsabilidade de zelar pela ética profissional e pelo respeito às normativas vigentes, frente a uma demanda crescente.

A escolha dos CAPS como eixo estratégico decorre de sua relevância no contexto da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS). Como dispositivos fundamentais para a garantia do cuidado em liberdade e da desinstitucionalização, os CAPS exigem acompanhamento contínuo do Conselho A

presença do CRP SP visa fortalecer as diretrizes da Reforma Psiquiátrica e apoiar a atuação ética das/os psicólogas/os nesses espaços.

Já os Serviços-Escola foram priorizados por seu papel formativo no processo de profissionalização. Como unidades de estágio e supervisão, são espaços estratégicos para a de valores éticos, normativos e técnicos que irão acompanhar as/os futuras/os profissionais ao longo de toda a trajetória. A fiscalização nesses locais busca, sobretudo, apoiar a articulação entre formação acadêmica, compromisso ético e realidade do exercício profissional, promovendo uma aproximação institucional com as Instituições de Ensino Superior.

Importa destacar que o foco da fiscalização estratégica não reside na responsabilização individual de profissionais, mas no mapeamento qualificado de complexidades, irregularidades e pendências estruturais nessas áreas. O objetivo é produzir conhecimento sobre os contextos de atuação, subsidiando ações orientativas, normativas e institucionais que estejam dentro da competência legal do CRP SP. Essa abordagem não é pautada pelo punitivismo, mas reforça o caráter orientador da fiscalização como ferramenta de proteção da sociedade, fortalecimento da profissão e promoção de práticas comprometidas com os princípios éticos da Psicologia.

O plano prevê ainda etapas organizadas de formação, execução e avaliação das fiscalizações, garantindo articulação com diferentes setores do Conselho, como Jurídico, Comunicação e TI.

A COF Sede atua com papel estratégico na análise de dados, na padronização de procedimentos e na produção de materiais técnicos que orientam a ação fiscalizatória em todo o estado. Já as Subsedes operacionalizam as ações em seus territórios, compondo uma rede interligada e responsiva às especificidades locais.

Nas fiscalizações de CAPS, foi possível observar uma rede ainda marcada por práticas manicomiais, com falta de critérios fundamentados nas diversidades de equipamentos que compõem a RAPS para direcionamento de casos aos CAPS ou encaminhamentos para instituições de características asilares, precariedade de estrutura física, falta de sigilo, existência de filas de espera e ausência de ações de educação permanente. Por outro lado, foi constatado o engajamento das equipes e o acolhimento positivo às visitas do CRP. As dificuldades estruturais e a falta de políticas públicas efetivas são apontadas como os principais entraves à atuação das psicólogas.

Nas clínicas TEA/ABA, a maioria das fiscalizações evidenciou a precarização da inserção de estagiários nos atendimentos, ausência de supervisão adequada, problemas na elaboração de documentos e prontuários, uso câmeras nos atendimentos sem a devida fundamentação técnica, ética e garantia dos direitos dos usuários dos serviços e estrutura física inadequada.

As fiscalizações em IES também evidenciaram necessidades de adequação na elaboração de documentos, assim como nos requisitos necessários às/aos orientadoras/es, que não correspondem à figura da preceptoria que foi adotada em algumas Instituições. Destacou-se a receptividade às visitas do CRP SP e o interesse às orientações prestadas.

Um dado relevante, reportado por diversos territórios, foi a subsequente procura do CRP SP pelas psicólogas/os atuantes nos locais fiscalizados, seja para participação em eventos orientativos promovidos pelas Subsedes ou para busca de orientações adicionais específicas, além da aproximação e engajamento da categoria também para a composição das Comissões do CRP SP, o que evidencia uma atuação proativa e não apenas reativa do CRP SP frente às demandas dos territórios e a ampliação do alcance do protagonismo da categoria junto às ações da autarquia.

No que se refere às estratégias utilizadas, primeiramente ressaltamos que foi bastante diversa a forma de execução do Plano em cada território. Ocorreram tanto fiscalizações

presenciais, quanto remotas, síncronas ou assíncronas. Algumas estratégias inovadoras foram destacadas pelas Subsedes: fiscalizações remotas e coletivas, envio prévio de formulários para coleta de dados, realização de reuniões com as instituições fiscalizadas, criação de termos adaptados por território e apoio mútuo entre subsedes. Também observou-se o engajamento das equipes de fiscais para a ampliação do alcance das fiscalizações (com mais fiscalizações realizadas no primeiro semestre de 2025, que o total dos dois anos anteriores), a análise crítica dos dados encontrados e a proposição de encaminhamentos.

Reuniões com órgãos representativos da execução, controle e acompanhamento da política de saúde mental evidenciaram que instituições parceiras, como o Conselho Estadual de saúde, Defensoria Pública, Ministério Público, movimento sociais e outros Conselhos Profissionais têm visto nas ações fiscalizatórias do CRP SP potencialidade para o estabelecimento de ações conjuntas à qualificação da oferta de cuidado e de promoção dos direitos das pessoas atendidas.

Quanto aos instrumentos utilizados, o Plano de fiscalização trouxe a proposta de formulários específicos para realização das fiscalizações de cada um dos eixos previstos, visando levantamento de informações comuns, para apreensão de informações pertinentes a todo estado, bem como para observação mais objetiva das peculiaridades de cada território, estrutura que ampliou respostas assinaláveis com vistas a maior efetividade e otimização do tempo, mantendo perguntas abertas e possibilidade de acréscimos de observações consideradas relevantes, conforme a autonomia dos fiscais e demandas do local. A avaliação dos termos pelas Subsede trouxe sugestões de aprimoramento de algumas questões, tanto quanto à sua formulação quanto à sua distribuição e organização. Também foram realizados retornos positivos quanto aos termos assegurarem um levantamento mais completo das questões relevantes, com maior qualidade e rapidez nos registros, em especial nos territórios que puderam utilizar os termos em mais ações, o

que parece ter refletido em aumento da apropriação dos instrumentais, possibilitando uma utilização mais flexível e adaptável a cada situação.

A realização das fiscalizações ainda esbarra em limitações de ordem prática. Há escassez de equipamentos como notebooks ou tablets, bem como de programas ou aplicativos que permitam uma melhor comunicabilidade, organização e análise dos dados, inclusive com geração de relatórios.

Também foi apontada a necessidade de ampliação das equipes de fiscais, seja pela contratação de mais trabalhadoras especialistas técnicas psicólogas (Ets), seja por maior articulação territorial para engajamento de fiscais colaboradoras/es. Quanto ao suporte necessário às atividades fiscalizatórias e orientativas, também foi apontada a importância de garantir apoio administrativo às atividades da COF nas subsedes e de subsídios da assessoria jurídica para a análise e fundamentação legal dos encaminhamentos.

Por fim, grande expectativa que vem se desenhando como fortalecedora das ações orientativas é o investimento em mais conteúdos disponibilizados no Programa de Orientação Continuada (POC), que iniciou ofertando acesso às reuniões do CRP Acolhe de forma online, para informações sobre o funcionamento do Sistema Conselho de Psicologia, serviços do CRP e orientações sobre as principais normativas e princípios da profissão às/aos psicólogas/os recém-formadas/os. Essa plataforma de acesso a cursos e outros conteúdos orientativos é uma forma de atender a demandas tanto da categoria, quanto de formação continuada de fiscais, que também foi apontada como necessária.

Considerações Finais

A experiência da Comissão de Orientação e Fiscalização do CRP SP na construção e execução do Plano de Fiscalização 2025 reafirma a compreensão de que fiscalizar é, também, orientar, escutar, formar e proteger. Ao assumir o território como categoria de análise e ação, a COF amplia sua capacidade de leitura da realidade e fortalece a função institucional do Conselho como órgão de defesa da ética profissional e dos direitos da população. A política de orientação e fiscalização aqui relatada expressa o compromisso do CRP SP com a produção de respostas institucionais que estejam enraizadas nas demandas concretas dos territórios e da categoria. Mais do que identificar irregularidades, trata-se de qualificar o exercício profissional por meio de práticas articuladas entre dados, análise crítica, escuta qualificada e produção de referências técnico-políticas.

Os resultados apresentados evidenciam que uma fiscalização orientada por princípios democráticos, articulada com os demais setores do Conselho e atenta às transformações sociais, potencializa a ação institucional e aproxima a categoria. Ao mesmo tempo, os desafios relatados — como a ampliação das demandas, a complexidade das ações e a necessidade de atualização constante de metodologias e tecnologias — indicam a importância de continuidade nos investimentos em estrutura e processos. Destaca-se que, frente a esse cenário, o CRP SP tem envidado esforços para aprimorar seus procedimentos internos, buscar a ampliação das equipes e incorporar soluções tecnológicas que contribuam para a qualificação das ações de orientação e fiscalização. O fortalecimento dessas práticas exige o reconhecimento da complexidade do trabalho da COF e o compromisso institucional com a valorização das equipes técnicas, a escuta dos territórios e a construção compartilhada de políticas públicas para a Psicologia.

Referências

Conselho Federal de Psicologia (CFP). (2005). Resolução CFP nº 10/2005, de 21 de julho de 2005: Código de Ética Profissional do Psicólogo. Brasília, DF: CFP.

Conselho Federal de Psicologia (CFP). (2017). Resolução CFP nº 10/2017, de 25 de maio de 2017: Institui a Política de Orientação e Fiscalização do Sistema Conselhos de Psicologia. Brasília, DF: CFP.

Conselho Federal de Psicologia (CFP). (2023). Resolução CFP nº 5/2023, de 22 de março de 2023: Aprova o Regimento Interno do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo (CRP-06). Brasília, DF: CFP.

Conselho Federal de Psicologia (CFP). (2024). Resolução CFP nº 50/2024, de 19 de dezembro de 2024: Define as diretrizes para a elaboração dos planejamentos e dos relatórios relativos à política de orientação, ética e fiscalização dos Conselhos Regionais de Psicologia. Brasília, DF: CFP.

Conselho Nacional de Justiça. (2023). Resolução CNJ nº 487/2023, de 15 de fevereiro de 2023: Institui a Política Antimanicomial do Poder Judiciário e diretrizes para a atenção às pessoas em conflito com a lei com transtorno mental. Brasília, DF: CNJ.

Conselho Regional de Psicologia de São Paulo – 6ª Região. (2023). Resolução CRP-06 nº 003/2023, de 26 de junho de 2023: Normatiza a criação de subcomissões temáticas no âmbito das Comissões Permanentes do CRP-06. São Paulo, SP: CRP SP.

Conselho Regional de Psicologia de São Paulo – 6ª Região. (2024). Resolução CRP-06 nº 07/2024, de 9 de dezembro de 2024: Dispõe sobre os procedimentos de orientação e fiscalização do Conselho Regional de Psicologia da 6ª Região. São Paulo, SP: CRP SP.

BRASIL. Presidência da República. (1962). Lei nº 4.119, de 27 de agosto de 1962. Brasília, DF: Diário Oficial da União.

BRASIL. Presidência da República. (1964). Decreto nº 53.464, de 21 de janeiro de 1964. Brasília, DF: Diário Oficial da União.

BRASIL. Presidência da República. (1971). Lei nº 5.766, de 20 de dezembro de 1971: Cria o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Psicologia e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União.

BRASIL. Presidência da República. (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Diário Oficial da União.